

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL ENTRE OS ACADÊMICOS DA UERGS –
CACHOEIRA DO SUL.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

José Ademir dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ENTRE OS ACADÊMICOS DA UERGS – CACHOEIRA DO
SUL.**

Por

José Ademir dos Santos

**Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação
Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Clayton Hillig

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora abaixo assinada,
Aprova a Monografia de Especialização

**ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS
ACADÊMICOS DA UERGS – CACHOEIRA DO SUL.**

Elaborada por
José Ademir dos Santos

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clayton Hillig (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof^a. Dr^a. Nina Paula Gonçalves Salau (UFSM)

Prof. Dr. Toshio Nishjima (UFSM)

Cachoeira do Sul, RS, 21 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Carla e filha Naíny, pelo respeito, paciência e incentivo dedicados.

Ao Prof. Dr. Clayton Hillig que me orientou na realização deste trabalho, pela atenção, diálogo, pela confiança e com meu processo de aprendizagem, um agradecimento especial.

A tutora do curso Michele Puntel, pela amizade, dedicação, diálogo, disponibilidade e sempre atenciosa às novidades e conteúdos disponibilizados.

Aos tutores EAD Bervey Schwerz e Tatiane Netto, pela atenção e informações repassadas dos conteúdos do curso.

Aos professores Bernadete Trindade, Damaris Kirsch Pinheiro, Dionísio Link, Djalma Dias da Silveira, Gédson Mário Borges Dal Forno, Jorge Orlando Cuellar Noguera, Luiz Ernani Bonesso de Araújo, Paulo Edelvar Correa Peres, Toshio Nishijima, pela amizade e conhecimentos passados que servirão como base no meu processo de aprendizagem.

Meu muito obrigado!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

Estudo das Percepções de Educação Ambiental dos Acadêmicos da UERGS – Cachoeira do Sul

AUTOR: José Ademir dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Clayton Hillig

LOCAL E DATA DA DEFESA: Cachoeira do Sul, RS, 21 de dezembro de 2013.

A finalidade da Educação Ambiental é o desenvolvimento dos valores e das atitudes necessários para melhorar o meio ambiente. Este estudo procurou analisar as percepções de Educação Ambiental entre os acadêmicos da UERGS - Cachoeira do Sul, a fim de elaborar um plano de ações com base nestes dados. Para tanto utilizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa na coleta de dados, dando especial importância ao ponto de vista dos participantes. Entre as análises sobre as percepções de Educação Ambiental, está a conscientização sobre a preservação e ações educativas quanto à conservação do meio ambiente, não agrupando questões mais abrangentes que acrescentam as relações sociais. Avalia que se trata de arquitetar um amplo processo educativo tanto em nível formal, como informal sobre a Educação Ambiental, o que exige novos olhares, saberes, compreensões, competências e habilidades. Ficou evidente a necessidade e a importância de processos educativos voltados ao fortalecimento das pessoas em suas dimensões cognitivas e sociais. Ficam aqui expressas as sugestões, para estabelecer por intermédio da Instituição de Ensino Superior, palestras e programas de sensibilização da comunidade, quanto às questões como: alternativas agroecológicas, conservação do solo e da água, sustentabilidade em processos agroindustriais e problemas ambientais da atualidade tanto no meio rural, quanto no urbano. Adequar os assuntos abordados nas palestras e programas aos diferentes grupos da comunidade, buscando atingir um número expressivo de pessoas cientes da importância de suas ações na manutenção de um meio ambiente de qualidade.

Palavras-chave: educação ambiental; meio ambiente; percepções; comunidade; relações sociais.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

Study of Perceptions of Environmental Education of the UERGS Students - Cachoeira do Sul

AUTHOR: José Ademir dos Santos

ADVISOR: Prof. Dr. Clayton Hillig

PLACE AND DATE OF DEFENSE: Cachoeira do Sul, RS, December 21, 2013.

The purpose of environmental education is the development of values and attitudes needed to improve the environment. This study tried to examine the perceptions of environmental education among the UERGS Students - Cachoeira do Sul, in order to develop an action plan based on these data. For this we used a survey to collect quantitative and qualitative data, because some data were quantified and other descriptive, giving particular attention to the views of the participants. Among the analyzes of the perceptions of environmental education is to raise awareness about the preservation and educational activities regarding the conservation of the environment, not grouping wider issues that add social relations. We evaluate to architect a comprehensive educational process at both formal and informal environmental education, which requires new perspectives, knowledge, understandings, skills and abilities. It was evident the necessity and importance of educational processes aimed at strengthening people in their cognitive and social dimensions .There are expressed here the suggestions to establish through the Higher Education Institution, lectures and community outreach programs, issues such as: agroecological alternatives, soil conservation and water sustainability in agro-industrial processes and environmental problems of today both in rural and urban areas. It can be adjusted the topics covered in lectures and programs at various community groups, seeking to reach a significant number of people aware of the importance of their actions in maintaining a quality environment.

Key words: environmental education; environment; perceptions; community; social relations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência da faixa etária e gênero dos entrevistados.....	31
Tabela 2 – Frequência da naturalidade dos acadêmicos entrevistados	32
Tabela 3 – Frequência do curso de origem e semestre, dos entrevistados.....	33
Tabela 4 – Frequência das palavras utilizadas para definição de meio ambiente dos entrevistados	34
Tabela 5 – Participação em cursos, eventos, ou seminários sobre Educação Ambiental, dos entrevistados	34
Tabela 6 – Palavras utilizadas pelos entrevistados para definição de Educação Ambiental	35
Tabela 7 – Atividades ligando as percepções de Educação Ambiental, ao curso de origem dos entrevistados	36
Tabela 8 – Frequência de atividades que envolvam a Educação Ambiental na Instituição de Ensino	37

LISTA DE ABREVIATURAS

- CNUMAH – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano.
- COCARI – Cooperativa Recicladores Solidários em Defesa do Meio Ambiente em Cachoeira do Sul.
- CONSUN – Conselho Superior Universitário.
- COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento.
- DRGA – Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.
- EA – Educação Ambiental.
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IES – Instituição de Ensino Superior.
- IGC – Índice Geral de Cursos.
- MEC – Ministério da Educação.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.
- PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental.
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
- PPC – Projeto Pedagógico do Curso.
- SCIT – Secretaria de Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.
- UAB – Universidade Aberta do Brasil.
- UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
- ULBRA – Universidade Luterana do Brasil.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- UNINTER – Centro Universitário Uninter.
- UNOPAR – Universidade Norte do Paraná.
- VAB – Valor Adicionado Bruto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivo Geral.....	11
1.2 Objetivos Específicos	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1 O ensino superior e a especialização regional.....	12
2.2 Histórico da UERGS.....	13
2.2.1 Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria.....	15
2.2.2 Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada.....	17
2.2.3 Curso Bacharelado em Administração Rural e Agroindustrial.....	19
2.3 As tecnologias e a evolução da educação ambiental	21
2.4 Educação ambiental e atividades rurais	23
2.5 Elaboração de projetos para a agroindústria familiar.....	24
2.6 Educação ambiental e as instituições de ensino superior	25
3 METODOLOGIA	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5 CONCLUSÕES	39
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
Apêndice - A Questionário aplicado aos acadêmicos da UERGS - Unidade em Cachoeira do Sul.....	44
Anexo - A Declaração de Talloires.....	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma proposta de Educação Ambiental, a fim de analisar as percepções dos acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Cachoeira do Sul, quanto à conceituação da temática, Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é um importante instrumento de política pública estabelecida pela Constituição Federal de 1988, pela Política Nacional do Meio Ambiente e pela Política Nacional de Educação Ambiental.

Considerando o aspecto emergente, a complexidade sobre a temática, viu-se a necessidade de formular uma visão geral sobre o assunto, optei por um estudo exploratório, para a reflexão e análise das percepções de Educação Ambiental, entre os acadêmicos dos cursos, atualmente oferecidos na UERGS/Cachoeira do Sul. Observando a relevância dos cursos oferecidos na instituição, cuja responsabilidade é promover o desenvolvimento regional sustentável, contribuindo para a elevação do grau de sustentabilidade social, econômica e ambiental nas atividades inerentes aos processos agrícolas e agroindustriais da região.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as percepções de Educação Ambiental entre os acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Cachoeira do Sul, para a reflexão e análise deste conceito, servindo de sustentação teórica para a construção de uma compreensão e comprometimento, em relação às questões ambientais, construindo subsídios para a participação ativa em projetos coletivos.

O que me motivou a estudar e contribuir para a produção e sistematização de conhecimentos neste trabalho “Estudo das Percepções de Educação Ambiental entre os Acadêmicos da UERGS - Cachoeira do Sul” é a variedade de denominações que refletem os múltiplos entendimentos relativos ao meio ambiente, ao ser humano, às causas atribuídas aos problemas ambientais e ao que se espera da ação educativa para a resolução desses problemas.

É no espaço educacional que ações previamente sistematizadas são formuladas e concretizadas com o auxílio dos educadores. Agir de maneira organizada é importante na medida em que discussões proporcionem sustentação

teórica, ou seja, toda prática acompanhada de informações claras e objetivas para que todos possam estar cientes da gravidade dos problemas ambientais.

Recentemente, pode-se observar um crescimento do interesse pelo tema Educação Ambiental entre os cursos de formação superior, acompanhando a crescente preocupação mundial a respeito deste tema.

A problemática ambiental e a Educação Ambiental tornaram-se temas importantes nas discussões da relação dos homens com o ambiente na atualidade. Nos cursos de graduação esses temas têm ocupado cada vez mais espaço. Estamos formando nesses cursos, mesmo que de forma assistemática, profissionais que atuarão direta ou indiretamente como educadores ambientais.

Devido à complexidade da questão ambiental, surge a necessidade de programas educativos proporcionem condições para as pessoas adquirirem conhecimentos, habilidades e desenvolverem atitudes para poder intervir de forma participativa nos processos decisórios.

Cabe à educação ambiental, como processo político e pedagógico, formar para o exercício da cidadania, desenvolvendo conhecimento interdisciplinar baseado em uma visão integrada de mundo. Tal formação permite que cada indivíduo investigue, reflita e aja sobre efeitos e causas dos problemas ambientais que afetam a qualidade de vida e a saúde da população. A interdisciplinaridade visa à superação da fragmentação dos diferentes campos do conhecimento, buscando pontos de convergência e propiciando a relação entre os vários saberes.

O trabalho justifica-se, pela inquestionável importância de estudar Educação Ambiental para a sociedade atual, pois, o estudo oferece uma reflexão sobre estratégias para a reversão da atual crise ambiental. Vale ressaltar que a contribuição das Instituições de Ensino Superior, é fundamental para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, e buscar captar as diferentes percepções acerca das especificidades das estratégias para a sustentabilidade, as quais refletem as diferenças ambientais e de expectativas das sociedades.

1.1 Objetivo Geral

- Analisar as percepções, dos acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade Cachoeira do Sul, sobre Educação Ambiental e elaborar um plano de ações com base nestes dados.

1.2 Objetivos Específicos

- Verificar o nível de conhecimento dos acadêmicos da UERGS – Unidade Cachoeira do Sul, em relação à Educação Ambiental.
- Analisar e interpretar os resultados obtidos da investigação sobre a temática proposta.
- Pesquisar estratégias a partir do estudo proposto, para práticas ambientalmente sustentáveis, na área de cada curso da instituição de ensino.
- Programar e desenvolver uma atividade sobre Educação Ambiental, na instituição de ensino.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O ensino superior e a especialização regional

De acordo com o estudo Rumos (2015)¹, a região do COREDE Jacuí Centro possui sua estrutura produtiva dominada pelo comércio e serviços visto que estes corresponderam no ano de 2006 a 61,44% do valor adicionado bruto² (VAB). No entanto, o setor de serviços não possui autonomia de crescimento em si mesmo com exceção de algumas atividades como o turismo (a exemplo dos COREDES Litoral, Serra e Hortênsias) e do ensino universitário (a exemplo de Santa Maria, no COREDE Central)³. Destaca-se, neste último exemplo, a emergente realidade do ensino superior no município de Cachoeira do Sul que, atualmente, conta com unidades educacionais da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra); Universidade Aberta do Brasil – UAB; Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; Universidade Norte do Paraná - UNOPAR/Toten; Centro Universitário UNINTER - UNINTER/Facinter.

O nível de instrução dos cachoeirenses aumentou 3,29% de 2000 para 2010, segundo apontaram os dados do último Censo do IBGE. Em 10 anos, Cachoeira do Sul passou de 5,18% para 8,47% de sua população com nível superior.

Conforme o Anuário Cachoeira do Sul 2012/2013, as duas universidades que oferecem cursos de graduação presenciais em Cachoeira do Sul, a Universidade Luterana do Brasil e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, aumentaram suas notas na avaliação feita em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC). No Índice Geral de Cursos (IGC) de 2009, as universidades tinham notas 3,49

¹ SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – Rumos 2015 (volumes 1, 2, 3, 4, 5 e Relatório Síntese). Porto Alegre, 2006.

² Valor Adicionado, valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

³ PORSE, Alexandre Alves (coord.); ROSA, Joel de Azambuja; PORTO, Rogério Ortiz. Desenvolvimento Regional e Disparidades Regionais no Rio Grande do Sul: sugestões de linhas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo. Porto Alegre: FEE, 2008.

(Uergs/Cachoeira) e 3,00 (Ulbra/Cachoeira), aumentando na avaliação de 2010 para 3,51 (Uergs) e 3,01 (Ulbra). A pontuação considera a estrutura dos campi, a qualificação dos professores e as notas dos acadêmicos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O ensino de nível superior pode vir a representar uma especialização para a região, ou seja, significa inserção nos mercados externos à região com atração de pessoas de outras localidades e, conseqüentemente, entrada de investimentos.

2.2 Histórico da UERGS

De acordo com a lei de criação da UERGS – Lei nº 11.646/2001, disponível em: <[http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035512Lei de Criação da UERGS 11646 01.PDF](http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035512Lei%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20UERGS%2011646%2001.PDF)> acesso em: 20/08/2013 às 18h51min.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul foi criada com a missão de dinamizar o desenvolvimento econômico, social e cultural, reduzindo as desigualdades regionais de nosso Estado.

Foi concebida como uma das Instituições de Ensino Superior (IES) que inovaram no Sistema de Gestão Institucional, quer seja na constituição de sua estrutura administrativa, quer seja na democratização do acesso, que avança para a discussão de cotas, incorporando novos conceitos para os que historicamente estiveram excluídos por questões financeiras. Inovou também, em sua gestão pedagógica: ao invés de suas unidades acadêmicas serem definidas por ramos de conhecimento especializados, sua estrutura organiza-se por áreas de trabalho definidas segundo problemas a serem enfrentados, seja na pesquisa ou na extensão.

Sua proposta foi elaborada com a sociedade gaúcha em cinquenta audiências públicas, nos anos de 2000 e 2001. Foi definida como a segunda prioridade na área da Educação no Orçamento Participativo de 2001.

Como parte da tramitação do processo legislativo, a proposta foi debatida e recebeu apoio em plenárias realizadas pelo Fórum Democrático, instituído pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na ocasião, percorrendo todo o interior

do Estado. Somando-se o conjunto dos fóruns, Orçamento Participativo e o Fórum Democrático, mais de 500 mil pessoas participaram deste debate.

Em 28 de junho de 2001, o parlamento gaúcho aprovou por unanimidade o projeto de lei – PL 01/01, de iniciativa do Executivo Estadual, que veio a ser promulgado em 10 de julho de 2001 (Lei 11.646).

Segundo o Estatuto da UERGS disponível em: <http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035039Decreto_n_43240_2004.pdf> acesso em: 20/08/2013 às 19h42min.

A UERGS está organizada sob a forma de fundação de direito privado, multicampi, com sede e foro na Capital do Estado, conforme seu Estatuto, decreto nº 43.240 de 15 de julho de 2004, instituída e mantida pelo poder público estadual e vinculada à Secretaria de Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT).

A instituição tem como objetivo ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação tecnológica; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais.

Está estrategicamente localizada em 23 municípios gaúchos, que são: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Litoral Norte (Osório), Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, São Borja, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga, Tapes, Três Passos, Santana do Livramento e Vacaria.

A Universidade reserva 50% de suas vagas para estudantes com baixa renda familiar e 10% para pessoas com deficiência. Possui cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, nas áreas das Ciências Humanas, da Vida, do Meio Ambiente, das Exatas e das Engenharias.

A Unidade da UERGS em Cachoeira do Sul está presente no município desde 2002, possui cursos presenciais voltados para a gestão e desenvolvimento da produção animal e vegetal, e dos processos agroindustriais. Atualmente possui o

Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria; Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada e o Curso de Administração Rural e Agroindustrial.

Observando a relevância dos cursos voltados para os sistemas de produção agropecuária na região de Cachoeira do Sul, com uma abordagem de desenvolvimento regional sustentável, que possam contribuir para a elevação do grau de sustentabilidade social, econômica e ambiental nas atividades inerentes aos processos agrícolas e agroindustriais.

2.2.1 Curso superior de tecnologia em agroindústria

De acordo com o Plano Pedagógico do Curso, dentre os Cursos Superiores de Tecnologia, Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes nessa elaboração ou industrialização. Inclui atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, análises sensorial, controle de insumos e produtos, controle sanitário das matérias-primas, distribuição e comercialização relacionadas ao desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas e produtos de origem vegetal e animal.

A organização curricular do curso segue os princípios e fundamentos previstos na educação profissional constantes na legislação educacional vigente que prevê carga horária de 2400 horas, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC (Portaria nº 10 de 28/07/2006), disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port_10.pdf> acessado em: 20/08/2013 às 19h58min.

O curso está organizado em dois módulos (Geral e Específico) para facilitar ao aluno a construção de seus conhecimentos e a transformação da informação que precede dos diferentes saberes disciplinares. As disciplinas não têm um caráter rígido e fechado, pelo contrário, devem relacionar-se com todas as outras de forma interdisciplinar e de acordo com a temática sugerida no módulo.

MÓDULO 1 – Formação Geral

O Módulo de Formação Geral visa desenvolver o senso crítico, a organização mental e a criatividade. Apropriar-se dos conhecimentos da física, química, biologia e matemática e saber aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, privilegiando o conhecimento teórico e metodológico relacionados com o meio ambiente e a interdisciplinaridade. Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, visando aumentar a capacidade de expressão escrita e verbal na língua mãe e interpretação de textos em idioma estrangeiro contemporâneo. Terão também disciplinas na área humanística objetivando desenvolver a autoestima, o senso crítico, a organização mental, a criatividade e as habilidades necessárias para o entendimento humanístico e crítico das competências inerentes ao curso. As disciplinas nas áreas da informática e metodologia de pesquisa para entender as tecnologias que serão vistas no módulo de formação específica.

MÓDULO 2 – Formação Específica

O Módulo de Formação Específica propicia o aprofundamento temático e instrumental das áreas de Processamento e Gestão Agroindustrial. Permite o entendimento e os conceitos na área da transformação, beneficiamento de produtos agropecuários e da gestão agroindustrial para que possam ser desenvolvidas as competências e habilidades necessárias para a atuação na área de agroindústria.

O Tecnólogo em Agroindústria estará apto para atuar na adequação dos meios técnicos de exploração dos recursos disponíveis (naturais, econômicos, humanos e socioculturais), às especificidades da produção agroindustrial, para implementação, no plano local e regional, de políticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Serão profissionais com formação e capacidade para atuação interdisciplinar, com enfoque na melhoria do desempenho do setor produtivo primário, através da verticalização da produção e agregação de valor aos produtos agrícolas, utilizando para isso modernas metodologias e tecnologias gerenciais para a transformação e gestão desses produtos.

2.2.2 Curso superior de tecnologia em agropecuária integrada

O Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção foi criado na UERGS em 2003, pela resolução nº 13/2003 (UERGS, 2003), para as unidades da UERGS em Alegrete, Bom Progresso, Cachoeira do Sul, São Borja e Vacaria. Posteriormente, o referido curso foi criado pela Resolução CONSUN nº 23/2006 para a Unidade em São Luiz Gonzaga.

No primeiro semestre de 2008 foi nomeada uma Comissão de professores para avaliar o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção através da Portaria nº 018/2008 (UERGS, 2008). O PPC necessitava ser adaptado ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, lançado pelo MEC em julho/2006.

Dentre os Cursos Superiores de Tecnologia, o Eixo Tecnológico dos Recursos Naturais compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Foram incluídas disciplinas na área de Produção Agropecuária Integrada que propiciam aos alunos uma formação multi e interdisciplinar avançada, com um teor altamente profissionalizante com foco na produção rural de pequeno, médio e grande porte, que lhes permitisse chegar ao mercado de trabalho com maior preparo e adaptabilidade para atuar e contribuir no processo de verticalização da agricultura de modo eficaz e eficiente. A construção do currículo baseou-se na realidade do mercado de trabalho, e com necessidades socioeconômicas da região geográfica onde está inserido.

As reformulações foram guiadas pelas orientações do MEC para o perfil desejado dos egressos dos cursos do Eixo Tecnológico dos Recursos Naturais, visto que o Tecnólogo em Produção Agropecuária Integrada, ainda não consta na primeira versão do Catálogo.

O Curso Superior de Tecnologia em Produção Agropecuária Integrada tem duração de três anos e meio (sete semestres letivos), com carga horária de 2.790 horas (186 créditos), sendo que o aluno deve cursar 2.400 horas de disciplinas

obrigatórias e pelo menos 90 horas, de disciplinas eletivas, a partir do terceiro semestre do curso, acrescidos de 300 horas de estágio supervisionado obrigatório.

O curso passou a ser oferecido nas Unidades da UERGS em Cachoeira do Sul e São Luiz Gonzaga, com ingresso em 2008.

Os cursos superiores de tecnologia, como cursos de graduação, têm seus critérios de acesso disciplinados pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), pelo Parecer CNE/CP nº 95/98, pelo Parecer CNE/CES nº 98/99 e pelo Decreto nº 2.406/97 (BRASIL, 1997).

A estrutura curricular está organizada em dois módulos com o objetivo de facilitar aos alunos a construção de seus conhecimentos e a transformação da informação que procede dos diferentes saberes disciplinares.

O curso prevê o oferecimento de aulas teóricas e práticas. Como atividades complementares, serão realizadas visitas a produtores, instituições de ensino e pesquisa, e empresas ligadas ao setor, além da organização de eventos e seminários específicos, entre outras atividades.

MÓDULO 1 – Formação Técnica Geral

O primeiro módulo deve desenvolver o senso crítico, a organização mental e a criatividade dos acadêmicos. Com o desenvolvimento desse módulo, os acadêmicos devem apropriar-se dos conhecimentos da física, química, biologia e matemática, vivenciando-os na universidade e cotidiano; aprimorar seus conhecimentos da Língua Portuguesa, visando sua adequada utilização oral e escrita, acadêmica e profissionalmente; saber fazer uso da informática, língua estrangeira e metodologia de pesquisa para entender as tecnologias que serão vistas no módulo de formação específica; contribuir para o entendimento de conceitos na área de gestão da qualidade, aplicados ao setor de agropecuária, para que possam ser desenvolvidas as competências e habilidades necessárias para a atuação na cadeia produtiva da Produção Agropecuária Integrada. Por fim, promover uma formação humanística, priorizando as relações entre as pessoas, incentivando a formação de um egresso ético e comprometido com o desenvolvimento sustentável e a realidade da região onde estiver inserido.

MÓDULO 2 – Conhecimento na Área de Produção Agropecuária Integrada

O segundo módulo apresenta as disciplinas que tem como objetivo possibilitar ao egresso o desenvolvimento de habilidades para planejar, coordenar e executar trabalhos relacionados à Produção Agropecuária Integrada. Tais conhecimentos

devem subsidiar as reflexões teóricas e práticas dos acadêmicos para o aumento da qualidade e produtividade na cadeia produtiva do agronegócio em Produção Agropecuária Integrada. E possibilitar analisar criteriosamente e atender as demandas do mercado, considerando a sustentabilidade do sistema.

O Curso de Tecnologia em Agropecuária Integrada pretende formar profissionais capazes de interferir diretamente nos arranjos de produção local, ou seja, no sistema produtivo da região mantendo os jovens e adultos na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

2.2.3 Curso bacharelado em administração rural e agroindustrial

A UERGS vem oferecendo o Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA) desde 2002, nas unidades em Bom Progresso, Cachoeira do Sul, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva, São Borja e São Luiz Gonzaga. Em relação aos conteúdos curriculares, foi constatado que faltavam disciplinas importantes no eixo de gestão agroindustrial, tais como conhecimentos em marketing, contabilidade de custos, liderança, empreendedorismo, gestão da qualidade, entre outros.

Em função dos conteúdos curriculares, a Pro-reitoria de Ensino da UERGS indicou uma Comissão Interna para estudar as possibilidades de adaptação curricular. Após inúmeras reuniões, a comissão propôs mudanças na grade curricular do sétimo e oitavo semestre do Curso de Desenvolvimento Rural e Agroindustrial, mudanças estas que se basearam principalmente no acréscimo de disciplinas na área de Administração Rural e Agroindustrial. Para completar às 3.000 horas-aula exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração (Resolução 1 de 02/02/2004 do CNE/CES) foi acrescentado um semestre com disciplinas na área de formação profissional, totalizando 3.150 horas-aula. Com as mudanças foram supridas as falhas no Projeto Pedagógico anterior e o curso passou a se chamar Administração Rural e Agroindustrial.

As mudanças foram levadas ao Conselho Universitário da UERGS na reunião do dia 15 de março de 2005 e aprovadas por unanimidade.

A estrutura curricular do curso, a partir dos princípios de ensino integrado e de integração teoria-prática e dos condicionantes operacionais de semestralização e de progressão sequenciada, montou-se a estrutura curricular nos seguintes módulos:

MÓDULO 1 – Formação Básica

Neste módulo estão relacionados os componentes curriculares relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação.

MÓDULO 2 – Formação Profissional

Estão relacionados os componentes curriculares das áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.

MÓDULO 3 – Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

Estão relacionados os componentes curriculares que tratam de pesquisa operacional, teoria de jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

MÓDULO 4 – Formação Complementar

Estão relacionados os componentes curriculares opcionais, mas que servem para o enriquecimento do perfil do formando. Neste caso, componentes curriculares nas áreas de agricultura e agronegócio.

O Curso de Administração Rural e Agroindustrial prevê uma carga horária mínima de 3.150 horas (nove semestres letivos), o curso terá como missão a formação de profissionais capazes de atuar na Administração Rural e Agroindustrial com foco no planejamento do desenvolvimento rural sustentável e na gestão de unidades de produção agrícola e agroindustrial.

Cabe ainda ao curso contribuir para a geração de propostas de administração e desenvolvimento, com e para a comunidade regional e buscar uma formação adequada dos egressos às exigências do contexto e da sociedade como um todo, respeitando o princípio da ética e de uma atuação profissional voltada para a cidadania ecologicamente equilibrada.

Organismos elaboradores de políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento alternativo, tais como, organizações não governamentais,

secretarias municipais de agricultura, cooperativas, associações de produtores, são demandadores de profissionais com o perfil do curso.

2.3 As tecnologias e a evolução da educação ambiental

A relação e a preocupação do homem com a natureza é tão antiga como a história da humanidade, desde os tempos das sociedades primitivas de caçadores-coletores até alcançar os mais avançados processos tecnológicos, visando melhor qualidade de vida.

No século XVIII, a Revolução Industrial acelerou a apropriação dos recursos naturais para atender a crescente produtividade de bens materiais e seu consumo.

[...] com a ruptura do sistema capitalista o tempo histórico se acelera de tal modo que surge um descompasso frente a capacidade de evolução e adaptação da biosfera, sendo a crise ambiental uma consequência direta deste descompasso. O homem passa a produzir novos materiais e novas estruturas a uma velocidade, que não existem organismos capazes de decompor e reciclar tais produtos. (CAVALCANTI, 1998 p.69)

A tecnologia evoluiu rapidamente nos últimos tempos e com isso a exploração dos recursos naturais passou a ser feita de forma muito intensa.

“A civilização ocidental de base industrial exhibe, nas últimas décadas, indicadores sempre ascendentes, tais como o do conhecimento exponencial da população, da duração média de vida, do consumo de energia, demanda de alimentos, de intervenções e descobertas, do desenvolvimento de serviços de comunicação. Tudo isso poderia se manter, e até mesmo de forma sempre ascendente, se vivêssemos num planeta com recursos infinitos e com ilimitada capacidade de suportar os subprodutos e rejeitos gerados pela transformação industrial desses recursos naturais” (RIBEIRO, 1998 p.31).

Os processos agrícolas vêm acompanhando a evolução dos seres humanos, passando de processos rudimentares, simples para outros cada vez mais sofisticados, dependendo da mecanização, de tecnologias avançadas, da indústria e do mercado.

Segundo VELA (1993), em *Historicidade do Discurso Ecológico* mostra que a descoberta revolucionária para a humanidade aconteceu quando o homem descobriu que, através do processo agrícola e da domesticação dos animais, poderia armazenar energia metabólica, e neste sentido, sua intervenção na natureza vem se tornando cada vez mais intensa e direcionada.

A evolução da Educação Ambiental incorporou influências significativas de grandes pensadores, escritores e educadores dos séculos XVIII e XIX. Dias, um dos mais importantes ativistas da área no Brasil, apresenta uma longa cronologia sobre fatos relacionados com o meio ambiente e a EA, dentre eles o ano de 1889, associado a Patrick Geddes, considerado o pai ou fundador da EA⁴.

Poderíamos dizer, de maneira simplificada, que a Educação Ambiental começa a ser construída no ano de 1968, uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos, deu origem ao de “Clube de Roma”. O relatório produzido pelo Clube de Roma, em 1972, que originou o livro *Limites do crescimento* demonstrava o início de uma preocupação com o crescimento da população mundial e a possibilidade do planeta não suportar as consequências do modelo econômico vigente.

Na década de 1970, a EA foi concebida como uma preocupação dos movimentos ecológicos na busca de uma conscientização capaz de alertar sobre a má distribuição e o possível fim no acesso aos recursos naturais, caso não houvesse mudanças no comportamento ambiental das pessoas (CARVALHO, 2008).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) realizada em Estocolmo em 1972, onde foi feita uma Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de um ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais⁵.

Em 1975, a UNESCO através do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) realizou o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado, um importante documento sobre diversas questões pertinentes à EA sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. O público em geral, o principal alvo da educação ambiental, é constituído por todos os integrantes da educação formal e não formal.

Também a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, na Geórgia de 1977, de agora em diante denominada Declaração de Tbilisi, entende a EA como reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências

⁴ DIAS, G.F., 2004.

⁵ Declaração de Estocolmo de 1972. Veja texto integral em <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21>>.

educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais.

Na Constituição brasileira de 1988, a Educação Ambiental passou a ser exigência constitucional em nível federal, estadual e municipal. Nela destaca-se a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (Art. 225, capítulo VI – do Meio Ambiente, inciso VI).

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, entre a diversidade de assuntos tratados e documentos encaminhados, resultou na Carta brasileira para a Educação Ambiental, na qual se discutiram metas, estratégias para se concretizar as recomendações aprovadas.

Tivemos muitas práticas desencadeadas a partir da Rio-92, principalmente em nível de educação escolar, como a construção e implementação da Agenda 21 – brasileira e a Política Nacional de Educação Ambiental através da lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

2.4 Educação ambiental e atividades rurais

As atividades rurais no Brasil são diversificadas, variando no que diz respeito ao que é produzido, às particularidades de áreas de cultivo e modos como se realizam essas atividades. Devido a essa heterogeneidade produtiva e problemas de ordem técnica, o impacto sobre os ecossistemas são muito variados.

Podemos dizer que os problemas rurais, em sua maioria, dificilmente serão resolvidos a partir de um ponto de vista estritamente econômico ou técnico, uma vez que eles surgem como consequências de complexas interações entre os seres humanos e o meio ambiente, havendo a necessidade de um contexto educativo.

Um dos grandes desafios dos professores que lecionam no meio rural hoje é conhecer a realidade local, no caso a comunidade onde a escola está inserida e as famílias de seus alunos, já que sua formação inicial, na maioria das vezes, não o prepara para atuar no rural e este professor normalmente não reside na comunidade em que leciona.

Segundo Freire (1992), não é possível tentar mudança nas atitudes dos camponeses em relação a vários aspectos sobre a extensão rural e nem ignorar seus conhecimentos sem conhecer a sua visão de mundo deste ambiente na totalidade.

De acordo com Almeida (1989), Extensão Rural é um sistema dinâmico de métodos educativos, utilizados de modo formal e extracurricular, para capacitar jovens e adultos, nas técnicas agropecuárias, para desenvolverem lideranças, ações em grupo, organização comunitária, visando à elevação das condições sócio-econômicas-cultural das populações rurais.

Os acadêmicos da UERGS estagiam nos Sindicatos Rurais, EMATER, Secretarias Municipais de Agricultura, Associações Rurais, que prestam assistência a pequenos agricultores, e esta prática de extensão rural e assistência técnica, este modo de educação não formal que acontece no meio rural é uma ferramenta importante nestas comunidades, para disseminação da Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A opção por um modelo de desenvolvimento sustentável justifica-se pela oposição ao modelo convencional de desenvolvimento,

[...] com vistas a promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção. Igualmente, alertávamos para a necessidade imediata de um enfoque extensionista orientado a resolver a problemática socioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento, em geral, e de modo químico mecânico na agricultura, em particular (CAPORAL & COSTABEBER, 2001, p.07).

De modo geral, a população que mora em zonas rurais é bastante desfavorecida por projetos e oportunidades de educação formal, e não formal se compararmos com as populações que residem nas cidades. Neste sentido, muito pouco tem sido oferecido à população do campo.

2.5 Elaboração de projetos para a agroindústria familiar

Na intenção de consolidação do atual modelo de desenvolvimento rural, baseado na sustentabilidade, na observação da realidade, a prática de elaboração de projetos para as agroindústrias familiares tornou-se uma constante nos últimos

anos, alcançando aspectos socioculturais do local, constituindo assim realidades complexas a serem consideradas.

A agroindustrialização da produção aparece como alternativa institucionalizada do setor produtivo familiar em meados dos anos 90, com a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Vieira (1998) descreve a atividade de agroindustrialização como uma alternativa direcionada aos produtores fora do segmento de commodities, com mercados ainda não organizados, como por exemplo, o de plantas medicinais, corantes, plantas aromáticas, certas frutas e hortaliças ou ainda alguns segmentos da produção agropecuária, conferindo a estes produtos maior valor agregado e valorização no mercado consumidor devido ao seu alto grau de diferenciação.

É importante assinalar que um projeto eficiente para a agroindústria familiar deve apresentar a caracterização precisa de seu público beneficiário. São os elementos estruturantes e os de continuidade dos projetos, desafios a serem superados nas atuais tendências de desenvolvimento rural, sobretudo no campo da agricultura familiar.

Na sociedade pós-industrial, atividades ligadas à criação de alternativas produtivas, serão cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho, caracterizando a elaboração criativa e precisa de projetos para a agroindústria familiar como importante segmento a ser ocupado por profissionais das ciências agrárias.

Assim a prática do desenvolvimento sustentável vem se mostrando exigente em sua condução. Em termos educativos, mais que conhecimento técnico, se fazem necessários o reconhecimento e compreensão dos elementos socioculturais que ditam as dinâmicas produtivas.

Bons projetos não acontecem por acaso, são fruto de trabalho, disciplina e dedicação, como Armani (2000), “um dos componentes mais importante do êxito numa atividade não é o que se sabe, mas sim a capacidade de aprender”.

2.6 Educação ambiental e as instituições de ensino superior

A educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos. É na Instituição de Ensino Superior (IES), local difusor de valores críticos humanísticos (MORAES, 2000), que podemos construir conhecimento que subsidie um saber fazer político, visando à formação do educador ambiental.

Um marco fundamental para a Educação Ambiental foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) realizada em Estocolmo em 1972.

Após a conferência de Estocolmo de 1972, a EA passou a receber atenção especial em praticamente todos os fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento e meio ambiente. Dela resulta a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que viria a dividir com a UNESCO as questões relativas à EA no âmbito da ONU. A UNESCO e o PNUMA criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) com o objetivo de promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em EA entre as nações de todo o mundo; fomentar o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos, currículos, programas e instrumentos de ensino; favorecer o treinamento de pessoal para o desenvolvimento da EA e dar assistência aos Estados membros com respeito à implementação de políticas e aos programas de EA.

Uma das primeiras atividades do PIEA foi à realização de um Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, no qual foi aprovada a Carta de Belgrado, um importante documento sobre diversas questões pertinentes à EA sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A falta de preposições concretas e uma visão pouco realística foram às críticas mais frequentes à Carta de Belgrado. De fato, ela é uma carta de intenções sem recomendações para a sua execução, o que seria feito pela Conferência Intergovernamental sobre EA de Tbilisi, Geórgia, de 1977.

A Declaração da Conferência Intergovernamental sobre EA de Tbilisi, agora denominada Declaração de Tbilisi, entende a EA como reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais.

A promoção da educação está presente em praticamente todas as áreas e programas da Agenda 21, um dos principais documentos aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Um aspecto importante da implementação da EA dentro dos objetivos, princípios e diretrizes do desenvolvimento sustentável refere-se às contribuições das IES. Por exemplo, o Seminário de Belgrado recomenda o desenvolvimento de programas de EA para alunos de nível superior em geral (recomendações 5, letra f). Das recomendações de Tbilisi, uma refere-se à necessidade de formação de profissionais específicos, como engenheiros, administradores, economistas e outros que exercem grande influência sobre o meio ambiente (recomendação 8); e outra, à necessidade de criar programas pós-universitários para pessoas especializadas em alguma disciplina (recomendação 11). A Agenda 21 não menciona muito as IES, apenas recomenda que os países possam apoiar as universidades e outras atividades terciárias e redes para EA, bem como desenvolver e estimular as relações de reciprocidade entre as universidades dos países⁶.

Essas declarações e recomendações específicas inovadoras são acordos voluntários que expressam um compromisso de atuar proativamente na busca do desenvolvimento sustentável. A lógica que preside esses acordos voluntários é ir além do que a legislação exige.

A Declaração de Talloires é um dos mais importantes acordos voluntários específicos para as IES, tanto pela sua anterioridade quanto pela influência que exerceu em outros acordos. A Declaração é constituída por dez macros ações para as IES se engajarem ativamente na busca por esse novo modo de pensar o desenvolvimento e exercerem a liderança nesse processo (anexo B). A Declaração foi assinada em 1990 em uma reunião realizada por 20 reitores, vice-reitores e outros mandatários de IES.

Na década de 90, no intuito de promover a EA nos diversos níveis de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consolidaram a discussão em torno da inclusão da EA nos diversos níveis de ensino. Seu texto final institui que a educação ambiental tivesse um tratamento transversal no currículo, ou seja, que todas as

⁶ Agenda 21, item 35.5, i e j.

disciplinas integrem e contemplem em seus conteúdos a temática ambiental, visando a interdisciplinaridade.

Na opinião de Zakrzewski (2002), equivoca-se, em considerar que ações coletivas e espaços integrados de saberes possam ocorrer por decretos governamentais ou com simples oferecimento de livros didáticos, sem nenhuma transformação que evidencie o fortalecimento das políticas na formação de professores.

Contudo, apesar dos esforços internacionais, segundo o Relatório do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental (MEC/MMA, 1997).

Os baixos índices de respostas sobre questões metodológicas, avaliação de projetos, construção da interdisciplinaridade, política governamental de desenvolvimento sustentável, divulgação da Agenda 21, sugerem também um estágio ainda inicial da Educação Ambiental no país, pouca sofisticação em relação à problemática, ou ainda que a Educação Ambiental não atingiu as universidades, que o público-referência para estes itens não foi receptivo à pesquisa ou não foi atingido pelo questionário (MEC/MMA, 1997 p.48-55).

Neste contexto é importante lembrar que a universidade tem um compromisso social, pois forma cidadãos e, deve assumir sua responsabilidade no processo de incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de formação profissional.

Mesmo considerando que a universidade ainda não está preparada para assumir desafios de mudanças estruturais e organizacionais, existe a necessidade de reformas de mentalidades (MORIN, 2003).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho fundamenta-se do ponto de vista metodológico, a partir da concepção de levantamentos (Surveys), visto que o mesmo caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Em educação tem sido considerado cada vez mais importante a necessidade de conhecer e explicar a natureza dos fenômenos educativos, na busca pela construção do conhecimento científico. Uma disciplina atinge o *status* de ciência quando se define claramente o seu objeto de estudo e se identificam os métodos a serem adotados em sua investigação, entretanto, de acordo com Antonio Carlos Gil:

Com a multiplicação das ciências e com o aparecimento das chamadas áreas interdisciplinares, essa tarefa tornou-se mais complexa. Definir o objeto de estudo, delimitar a área de abrangência e, sobretudo, definir procedimentos metodológicos passou a ser algo extremamente crítico nessas áreas. Mas entre as diversas ciências humanas que envolvem a questão ambiental, a Educação constitui, possivelmente, a que mais tem sido requerida a oferecer contribuições nesse campo. Tanto é que o Clube de Roma, em 1972, mediante a publicação de seu relatório *The limits of growth*, reconheceu o desenvolvimento da educação ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental (GIL, 1991 p.578).

A pesquisa será do tipo quanti-qualitativa, pois, de acordo com o objetivo do estudo, pretendemos que o resultado final tenha natureza descritiva e interpretativa da realidade investigada.

Esta abordagem normalmente é definida como uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções (Ludke & André, 1986).

O instrumento utilizado na coleta dos dados será a aplicação de um questionário semiestruturado com dez questões quanti-qualitativas direcionados a quarenta acadêmicos dos cursos de Administração Rural e Agroindustrial, Tecnologia em Agropecuária Integrada e Tecnologia em Agroindústria da UERGS Cachoeira do Sul, (anexo A) com questões duplas, ou seja, abertas e fechadas, a fim de registrar as percepções dos acadêmicos.

Para verificar o nível de conhecimento quanto à temática proposta, a investigação qualitativa, é fundamental para compreender e interpretar as percepções de educação ambiental entre os acadêmicos da UERGS Cachoeira do

Sul, pois, os dados obtidos são descritivos, dando especial importância ao ponto de vista dos participantes.

Após o recolhimento dos questionários, foi realizada uma análise, para compreensão e sistematização dos dados, efetuando-se a apresentação destes dados, para formulação e elaboração de um plano de ações com base nestes dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho pesquisa as percepções dos acadêmicos da UERGS em Cachoeira do Sul sobre Educação Ambiental, para coleta de dados foi aplicado um questionário dirigido a 40 acadêmicos matriculados no turno noite.

A palavra percepção é derivada do latim *perceptivo*, que significa “compreensão, faculdade de perceber” (HOUAISS, 2008), esse termo é definido, em linhas gerais, como o ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual (MARIN, 2008). Essa variabilidade do termo reside na natureza inter e transdisciplinar (RIBEIRO, 2009).

O estudo a partir das percepções representa um importante instrumento para entender e caracterizar os significados, valores, contradições através dos quais os indivíduos expressam sua compreensão de determinada realidade.

De acordo com os dados obtidos no estudo, 57,5% dos acadêmicos são do sexo masculino, distribuídos nas seguintes faixas etárias: 12,5% entre 17 a 27 anos; 30% deste percentual, ou seja, a maioria está na faixa etária dos 28 a 37 anos; 2,5% dos 38 a 47 anos; e 12,5% têm 48 anos ou mais. Já entre o sexo feminino compreendem um total de 42,5%, sendo que a maioria 25% está na faixa etária dos 17 a 27 anos; 12,5% entre 28 a 37 anos; e 5% dos 38 a 47 anos. As frequências podem ser verificadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência da faixa etária e gênero dos entrevistados:

Faixa etária	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
17 – 27	10	05	15
28 – 37	05	12	17
38 – 47	02	01	03
48 ou mais	-	05	05
Total	17	23	40

Fonte: dados de campo, 2013.

Procurou-se quantificar os dados dos alunos do turno da noite, quanto à faixa etária e gênero, pois, a percepção envolve toda a vida social do ser humano, e interpretar a realidade é inferir percepção para buscar a essência dos problemas ambientais (ARAÚJO, 2008).

Este fenômeno perceptivo transcende os limites dos sentidos, revela uma postura e implica em experiências e na firmeza de interesses e valores (FEITOSA, 2000).

Ao analisar a naturalidade dos acadêmicos da instituição que participaram da pesquisa, constatou-se que 62,5% são naturais de Cachoeira do Sul. Já 37,5% são de outras localidades, sendo que deste percentual, apenas 2,5% não pertence ao estado do RS. Observa-se a frequência na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência da naturalidade dos acadêmicos entrevistados:

Município	Quantidade
Cachoeira do Sul	25
Outra localidade	15
Total	40

Fonte: dados de campo, 2013.

A naturalidade dos acadêmicos foi analisada, pois, o ensino de nível superior pode vir a representar uma especialização para a região, ou seja, significa inserção nos mercados externos à região com atração de pessoas de outras localidades, conseqüentemente, entrada de investimentos.

De acordo com o Planejamento Estratégico do COREDE Jacuí Centro, a presença de universidades na região colabora para a minimização do risco apresentado de alta intensidade com a ameaça relativa à falta de mão-de-obra qualificada, com a evasão da população na faixa etária compreendida entre 19 e 39 anos, da falta de espírito empreendedor e da elevada degradação ambiental⁷.

⁷ Disponível em:

<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=wa3Gm6JmJhE%3D&tabid=5363&mid=7972> acesso em: 23 de set. de 2013, as 19h38min.

Com relação ao curso, 80% dos acadêmicos são originários do Curso de Administração Rural e Agroindustrial, sendo que 52,5% estão no segundo semestre do curso e 27,5% estão no quarto semestre. Já os acadêmicos dos cursos tecnológicos compreendem 20%, todos no sétimo semestre, sendo 12,5% do Curso de Tecnologia em Agropecuária Integrada e 7,5% do Curso de Tecnologia em Agroindústria. Verifica-se na Tabela 3 a frequência do curso de origem e semestre dos entrevistados.

Tabela 3 – Frequência do curso de origem e semestre, dos entrevistados:

Curso	2º sem.	4º sem.	7º sem.	Total
Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria.	-	-	03	03
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada.	-	-	05	05
Administração Rural e Agroindustrial.	21	11	-	32
Total	21	11	08	40

Fonte: dados de campo, 2013.

Procurou-se identificar os acadêmicos quanto ao curso de origem, para analisar as percepções e estratégias para práticas ambientalmente sustentáveis, em atividades pertinentes ao curso.

A forma como os acadêmicos percebem o meio ambiente, tem grande importância, pois, a Educação Ambiental é uma forma abrangente de educação que se propõe a atingir os cidadãos, inserindo a variável meio ambiente em todas suas dimensões, seja de natureza física, química, biológica, econômica, política e cultural, desta forma, o conceito-chave para o debate das questões ambientais é o de meio ambiente.

Para definição de meio ambiente, foram utilizadas as expressões mais empregadas nas respostas do questionário, e o percentual das palavras-chave foram respectivamente, 42,5% dos acadêmicos definiram como: “conjunto de fatores que influenciam a vida na Terra”; 27,5% definem meio ambiente como algo “relacionado a natureza”; já 17,5% tem como definição “o local onde vivemos”; e 12,5% dos acadêmicos não responderam a questão. Observa-se na Tabela 4 a

frequência das palavras utilizadas pelos entrevistados como definição de meio ambiente.

Tabela 4 – Frequência das palavras utilizadas para definição de meio ambiente dos entrevistados:

Palavras-chave	Responderam
Conjunto de fatores que influenciam a vida na Terra.	17
Local onde vivemos.	07
Relacionado à natureza.	11
Não responderam.	05
Total	40

Fonte: dados de campo, 2013.

Quanto à participação em cursos, eventos, ou seminários sobre Educação Ambiental, 60% dos acadêmicos já participaram de algum evento que tratem desta temática, e 40% nunca participaram, portanto, que efetivamente não teve contato em eventos com esta temática.

Nota-se que um alto percentual de acadêmicos nunca participaram de eventos sobre a temática, evidenciando assim, a necessidade de desenvolver atividades sobre EA, conforme se observa a frequência na Tabela 5.

Tabela 5 – Participação em cursos, eventos, ou seminários sobre Educação Ambiental, dos entrevistados:

Curso	Sim	Não	Total
Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria.	03	-	03
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada.	03	02	05
Administração Rural e Agroindustrial.	18	14	32
Total	24	16	40

Fonte: dados de campo, 2013.

A participação em eventos sobre EA tem o objetivo de desenvolver habilidades de expressão e reflexão, sobre a temática, é por meio destes que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais.

Conforme Tabela 6, a maioria, ou seja, 42,5% dos acadêmicos utilizaram as palavras-chave “preservação ambiental” para definição de Educação Ambiental; já para 32,5%, as palavras-chave para definição de Educação Ambiental são: “ações educativas para conservação do meio ambiente”; 12,5% definiram EA ao “uso

correto dos recursos naturais”; 2,5% relacionaram a “separação do lixo” como definição de EA; e 10% não responderam a questão.

Tabela 6 – Palavras utilizadas pelos entrevistados para definição de Educação Ambiental:

Palavras-chave	Responderam
Conscientização sobre a preservação ambiental.	17
Ações educativas quanto à conservação do meio Ambiente.	13
Uso correto dos recursos naturais.	05
Separação do lixo.	01
Não responderam.	04
TOTAL	40

Fonte: dados de campo, 2013.

Quanto às percepções de Educação Ambiental dos acadêmicos da UERGS, não estão agrupados questões mais abrangentes que acrescentem as relações sociais na conceituação da temática proposta.

A concepção deste conceito, pelos acadêmicos, passa por uma visão que Gadotti (2000) denomina sua concepção de EA de pedagogia da terra e Capra (1999), de alfabetização ecológica. A variedade de propostas e denominações reflete os múltiplos entendimentos referentes ao meio ambiente, ao ser humano, às causas atribuídas aos problemas ambientais e ao que se espera da ação educativa para a resolução desses problemas.

De acordo com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999⁸, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Ao analisarmos as atividades sobre as percepções de Educação Ambiental, que poderiam ser desenvolvidas no curso de origem dos entrevistados, os resultados obtidos, estão descritos na Tabela 7. Notamos que 65% do total de acadêmicos, que responderam a questão, são do Curso de Administração Rural e

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm acesso em: 30 de setembro de 2013, às 20h25min.

Agroindustrial, destes, 40% optaram por “promover palestras e campanhas educativas junto ao produtor rural” e 25% por “trabalhar a conscientização dentro da própria instituição de ensino, com maiores investimentos por parte do governo para realização dessas ações”.

Já 12,5% são do curso de Tecnologia em Agropecuária Integrada, dos quais 7,5% optaram por fazer um trabalho de “conscientização com agricultores, quanto ao uso de agrotóxicos” e 5% por “práticas e atividades educativas direcionadas ao pequeno produtor”.

Do curso de Tecnologia em Agroindústria 7,5% responderam a questão, sendo 5% preferiram “elaboração de projetos para a agroindústria familiar” e 2,5% pela “higiene e qualidade na indústria de alimentos”.

Do total de acadêmicos que participaram da pesquisa, 15% não responderam a questão.

Tabela 7 – Atividades ligando as percepções de Educação Ambiental, ao curso de origem dos entrevistados:

Curso	Palavras-chave	Total
Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria	Higiene e qualidade na indústria de alimentos.	01
	Elaboração de projetos para a agroindústria familiar.	02
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária Integrada	Conscientização ambiental, quanto ao uso de agrotóxicos.	03
	Práticas e atividades direcionadas ao pequeno produtor.	02
Administração Rural e Agroindustrial	Promover palestras e campanhas junto aos produtores rurais.	16
	Conscientização sobre EA de alunos, professores e investimentos do governo.	10
	Não responderam.	06
Total		40

Fonte: dados de campo, 2013.

Nos últimos anos, com o surgimento das tecnologias de plantio, a necessidade de minimização de impactos ambientais em busca da sustentabilidade

dos processos, a emergência da agroecologia e da biotecnologia, entre outras mudanças.

Neste sentido, a elaboração de projetos para a agricultura familiar vem impondo importantes desafios no sentido da necessidade de suas metas ultrapassarem perspectivas técnico produtivas dos beneficiários, alcançando aspectos socioculturais do local, constituindo assim realidades complexas a serem consideradas.

Para as agroindústrias, em especial as familiares, a prática de elaboração de projetos para a atividade tornou-se uma constante nos últimos anos, representando complementaridade de renda às famílias envolvidas, resgatando valores, tradição e cultura por meio de identidades expressas na elaboração de produtos.

Quando solicitados para descreverem ações sobre a realização de atividades sobre Educação Ambiental na Instituição de Ensino, os acadêmicos apontaram alguns meios que poderiam viabilizar e alcançar os objetivos de ações sobre Educação Ambiental. A frequência pode ser observada na Tabela 8.

Tabela 8 – Frequência de atividades que envolvam a Educação Ambiental na Instituição de Ensino:

Palavras-chave	Total
Seminários e palestras sobre educação ambiental.	13
Projetos e atividades de extensão envolvendo a comunidade.	10
Coleta seletiva e lixeiras ecológicas.	09
Não responderam.	08
Total	40

Fonte: dados de campo, 2013.

A maior porcentagem dos acadêmicos, ou seja, 32,5% escolheram pela realização de “seminários e palestras sobre educação ambiental”, sendo que estas seriam com temas definidos nas áreas de atuações dos cursos oferecidos pela instituição como agroecologia, conservação do solo e da água, processos agroindustriais, entre outros temas pertinentes.

Já 25% optaram em desenvolver “projetos e atividades de extensão envolvendo a comunidade”. Pois segundo eles, surgiu a ideia de desenvolver um trabalho de extensão universitária que envolvesse professores e alunos e que tivesse como público alvo a comunidade da região de Cachoeira do Sul, com o objetivo de divulgação dos princípios da Educação Ambiental e as práticas

sustentáveis para a produção agropecuária, entre outros temas, contextualizando assim, as práticas pedagógicas com a realidade da comunidade.

Uma característica decorrente do processo educativo, e que refletia nas atividades de Educação Ambiental, é a descontextualização das práticas pedagógicas, caracterizando a dicotomia entre a vida escolar e a vida comunitária. Há pouca troca, pouca interação; são movimentos sem sincronismo. A comunidade pouco participa pouco 'sabe o que acontece' na escola (GUIMARÃES, 2000, P. 109).

No ano de 2009 a Unidade da UERGS – Cachoeira do Sul realizou um evento de extensão universitária, “I Ciclo de Atualização: suporte tecnológico para o desenvolvimento regional”, realizado de março a dezembro, com palestras quinzenais que envolveu professores, alunos, funcionários, e que teve como público alvo a comunidade da região de Cachoeira do Sul, com o objetivo de divulgação dos princípios de sustentabilidade em diversos aspectos da vida em sociedade. Assim, os acadêmicos previram a possibilidade da reedição do evento.

Outros 22,5% dos acadêmicos citaram o problema predominante, o da “coleta seletiva do lixo produzido na instituição e introdução de lixeiras ecológicas”, desta forma, deve-se pensar na produção, acondicionamento, a coleta, e o destino final dos resíduos produzidos na IES.

A coleta seletiva proporciona benefícios como a redução da poluição ambiental e conseqüentemente melhora a qualidade de vida, gera emprego e renda, melhoria da limpeza da cidade e a redução da exploração dos recursos naturais. O material reciclável separado será coletado pela COCARI – Cooperativa Recicladores Solidários em Defesa do Meio Ambiente em Cachoeira do Sul.

Um número significativo, ou seja, 20% dos acadêmicos não responderam a questão.

5 CONCLUSÕES

A busca de uma qualidade ambiental adequada depende de pequenas ações, porém coletivas, participativas e conscientes, viabilizando transformações que amenizem os problemas socioeconômicos e mantenham em equilíbrio a preservação ambiental e a atuação humana.

Os resultados obtidos mostram ser inconcebível abordar a problemática ambiental dissociado da realidade das pessoas. As concepções de meio ambiente, de acordo com o público pesquisado, converge para uma percepção comum, a necessidade de uma convivência harmônica do homem com o meio onde vive.

Há predominância em associar a Educação Ambiental com a gestão dos recursos naturais através de práticas preservacionistas e ao uso racional desses. A conscientização e a mudança comportamental são imprescindíveis para se alcançar os objetivos principais em um projeto de educação ambiental no meio rural.

Na análise dos problemas ambientais na Instituição de Ensino, evidencia-se uma grande preocupação com o lixo produzido pela mesma, através dessas informações, procurou-se a introdução de lixeiras ecológicas para a melhoria da qualidade do ambiente de atuação dos sujeitos pesquisados.

Evidenciou-se a necessidade de arquitetar um amplo processo educativo tanto em nível formal, como informal sobre a Educação Ambiental, o que exige novos olhares, saberes, compreensões, competências e habilidades. Ficou evidente a necessidade e a importância de processos educativos voltados ao fortalecimento das pessoas em suas dimensões cognitivas e sociais.

Ficam aqui expressas as sugestões, para a Instituição de Ensino Superior, disponibilizar palestras e programas de sensibilização da comunidade, quanto às questões como: alternativas agroecológicas, conservação do solo e da água, sustentabilidade em processos agroindustriais e problemas ambientais da atualidade tanto no meio rural, ou no meio urbano. Adequar os assuntos abordados nas palestras e programas aos diferentes grupos da comunidade, buscando atingir um número expressivo de pessoas cientes da importância de suas ações na manutenção de um meio ambiente de qualidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. J. **Pesquisa em Extensão Rural**: um manual de metodologia. Brasília: Abeas, 1989.

ARAÚJO, S. S. de. **Conflitos socioambientais relacionados ao uso da água outorgada da bacia hidrográfica do Rio Japarutuba – SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e das outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional. 18 nov. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional. 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.795/99 **Política Nacional de Educação Ambiental**, Brasília, 27 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 10 de 28 de julho de 2006. Aprovação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional. Jul. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006, 180p.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

CAPRA, F. *Ecoliteracy: the challenge for education in the next century*. California, Berkeley, Center for Ecoliteracy, 1999.

CARVALHO, I. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: CARVALHO, I. C. de M. & SATO, M. (Orgs). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTI, C. (org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudo para uma Sociedade Sustentável*. 2ª ed. Fundação Joaquim Nabuco. Cortez, 1998.

Censo Demográfico 2010: resultados da amostra – educação: disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430300&idtema=105&search=rio-grande-do-sul|cachoeira-do-sul|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao>> acesso em 21 set. 2013.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (CNUMAD). *Agenda 21*. Versão em português publicada no *Diário Oficial da União* em 02/08/1994.

Declaração de Talloires, disponível em: <http://www.uslf.org/programs_talloires.html> acesso em 30 ago. 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. Ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

DOMINGOS, A. **Promovendo Ações Sociais Transformadoras: um guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. São Leopoldo: AMENCAR, 2000.

Estatuto da UERGS, disponível em: <http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035039Decreto_n_43240_2004.pdf> acesso em 16 set. 2013.

FEITOSA, A. A. F. A. **Estudo da percepção dos diferentes grupos ligados ao Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras – PB. 2000**. 86 F. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2000.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 1991. In: PHILIPPI Jr., Arlindo. PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade, editores. Barueri, SP: Manole, 2005.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Indicador de Qualidade das Instituições de Educação Superior, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>> acesso em 17 set. 2013.

LAMPKIN, N. **Organic farming**. Ipswich: Farming Press Books, 1990.

Lei de criação da UERGS – Lei nº 11.646/2001, disponível em: <[http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035512Lei de Criação da UERGS 11646 01.PDF](http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035512Lei%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20UERGS%2011646%2001.PDF)> acesso em 24 ago. 2013.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEC/MMA (Ministério da Educação e Cultura / Ministério do Meio Ambiente). **Relatório do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental**, I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília-DF, 1997.

MORAES, J. F. Regis de. A criticidade como fundamento do humano In: VEIGA, Ilma P. A., CASTANHO Maria Eugênia (Orgs.). **Pedagogia Universitária: a aula em foco**. Campinas: Editora Papirus, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

Planejamento Estratégico COREDE Jacuí Centro: Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=wa3Gm6JmJhE%3D&tabid=5363&mid=7972>>.

PORSE, Alexandre Alves (coord.); ROSA, Joal de Azambuja; PORTO, Rogério Ortiz. **Desenvolvimento Regional e Disparidades Regionais no Rio Grande do Sul**:

sugestões de linhas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo. Porto Alegre: FEE, 2008.

Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port10.pdf> acesso em 17 set. 2013.

RIBEIRO, M. André. **Ecologizar, pensando o ambiente humano**. Rona Editora, 1998. 392 p.

RIBEIRO, W. C. (2009). **Meio Ambiente e Educação Ambiental: as percepções dos docentes do Curso de Geografia da PUC Minas – Unidade Coração Eucarístico**. Dissertação: Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. 229p.

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PALNEJAMENTO. Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – Rumos 2015 (volumes 1, 2, 3, 4, 5 e Relatório Síntese). Porto Alegre, 2006.

UERGS. Resolução nº 13/2003. Aprova a criação de novos cursos a serem implantados nas unidades da UERGS. **Diário Oficial do Estado**. Porto Alegre: Corag, 17 out. 2003.

VELA, Hugo A. G. (org.). **Historicidade dos discursos ecológicos** – Ext. rural. Revista do DEAER, nº 01 – 1º sem., 1993.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**, ano VII, Unicamp, 1998.

ZAKRZEVSKY, S. B.; VALDUGA, A. T.; DEVILLA, I. A. (orgs.). **Diversidade na Educação Ambiental: olhares e cores**. In: I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. 2002. Erechim/RS, **Anais ...** Erechim/RS: EdiFAPES, 2002.

Apêndice – A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ACADÊMICO: José Ademir dos Santos.

ORIENTADOR: Clayton Hillig.

Questionário:

1. Idade: _____
2. Sexo () Feminino () Masculino
3. Naturalidade: _____
4. Curso: _____
5. Semestre: _____
6. O que você entende por Meio Ambiente?
7. Você já participou de cursos, eventos, e seminários sobre Educação Ambiental? () sim () não
8. Explane o que você entende sobre Educação Ambiental?
9. É possível desenvolver um trabalho interligando o seu curso e a Educação Ambiental? Que ações são necessárias para desenvolvê-lo?
10. Que atividade os cursos poderiam realizar em conjunto, sobre Educação Ambiental, na sua instituição de ensino?

Anexos - A

DECLARAÇÃO DE TALLOIRES

Sobre os Papéis Cívicos e Responsabilidade Social do Ensino Superior.

Neste século de mudanças, pode-se perceber com otimismo que o acesso à educação universitária tem aumentado, e que metade dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior vive em países de nações em desenvolvimento, e espera-se que o número de estudantes pelo mundo dobre entre 2000 e 2025. O potencial para a participação social por estudantes novos ou não, agora e nos anos que se seguem, é massivo. A extensão a que este potencial pode chegar depende das universidades ao redor do globo, mobilizando estudantes, docentes, funcionários e cidadãos em programas de benefícios mútuos.

The Talloires Network dedica-se a fortalecer o papel cívico e a responsabilidade social de nossas instituições. Empenhamo-nos em promover valores humanos comuns e universais. Persuadimos cem milhões de estudantes universitários, e outros muitos milhões de docentes, funcionários, graduados e membros de corpos governamentais ao redor do mundo a se juntarem a nós em iniciativas como esta.

Nós acreditamos que instituições de ensino superior existem para servir e fortalecer a sociedade à qual fazem parte. Pelo conhecimento, valores e do compromisso dos docentes, funcionários e estudantes, nossas instituições criam capital social, preparam estudantes para contribuir positivamente em comunidades locais, nacionais e globais. As universidades têm a responsabilidade de promover entre seu corpo docente, alunos e funcionários o senso de responsabilidade social e um compromisso com o bem social, o qual, acreditamos, é a base para o sucesso de uma sociedade democrática e justa.

Algumas de nossas universidades e faculdades são mais antigas do que as próprias nações em que estão localizadas; outras são jovens e emergentes; mas todas carregam a obrigação especial de contribuir para o bem público por meio da educação de estudantes, expandindo o acesso à educação, e criando e aplicando de forma eficaz novos conhecimentos. Nossas instituições reconhecem que não existimos isolados da sociedade, nem das comunidades em que estamos inseridos.

Ao contrário, carregamos a obrigação única de ouvir, entender e contribuir para a transformação social e o desenvolvimento. O ensino superior deve se entender para o bem da sociedade e abraçar comunidades próximas ou distantes. Com esta ação, promovemos nossa missão de ensinar, pesquisar e prestar serviços.

A universidade deve usar o processo de educação e pesquisa para responder, servir e fortalecer suas comunidades para a cidadania local e global. A universidade tem a responsabilidade de participar efetivamente do processo democrático e dar voz aos menos privilegiados. Nossas instituições devem lutar para construir uma cultura de reflexão e ação por meio de docentes, funcionários e alunos que estará presente em qualquer aprendizado e pesquisa. Portanto, nossos esforços estão voltados para:

- Expandir o engajamento cívico e programas de responsabilidade social de uma forma ética pelo ensino, pesquisa e serviço público.
- Embutir responsabilidade social por meio do exemplo pessoal e de políticas e práticas de nossas instituições de ensino superior.
- Criar estruturas institucionais para o encorajamento, recompensa e reconhecimento da boa prática em serviço social por estudantes, docentes funcionários e parceiros da comunidade.
- Assegurar que os padrões de excelência, debate crítico, pesquisa escolar e critérios de observação sejam aplicados tão rigorosamente ao engajamento comunitário quanto o são para outras formas de empenho universitário.
- Promover parcerias entre universidades e comunidades para aumentar as oportunidades econômicas, fortalecer indivíduos e grupos, aumentar a compreensão mútua e consolidar a relevância, alcance a resposta da educação universitária e pesquisa.
- Levantar a conscientização entre governo, negócios, mídia, caridade, ONGs e organismos internacionais sobre a contribuição do ensino superior para o avanço social e bem-estar. Especificamente, estabelecer parceiros com o governo e fortalecer políticas que suportem os esforços de responsabilidade social e cívica do ensino superior.
- Estabelecer parcerias com escolas primárias e secundárias, e outras instituições de ensino, de maneira que a educação do cidadão ativo se torne parte integral do aprendizado em todos os níveis da sociedade e estágios da vida.

- Documentar e disseminar exemplos de trabalho universitário que beneficie comunidades e a vida de seus membros.
- Suportar e encorajar associações acadêmicas internacionais, regionais e nacionais, em seus esforços de fortalecer o engajamento civil universitário e criar reconhecimento escolar de serviço e ação em ensino e pesquisa.
- Divulgar assuntos de importância civil em nossas comunidades.
- Estabelecer um comitê com propósitos e redes internacionais de instituições de ensino superior para informar e manter todos os esforços para executar esta Declaração.